

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.564 - CE (2019/0151263-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
RECORRIDO : RAIMUNDO NONATO ABRANTES
ADVOGADO : DÉCIO MOREIRA ROCHA - CE005476

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO CONTROVERTIDO. SÚMULA N.º 284 DO STF. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. UNIFORMIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea c, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa no Recurso em Sentido Estrito n.º 0003418-50.2013.8.06.0000, assim ementado (fl. 244):

"EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. INVIABILIDADE. PRINCÍPIO 'IN DUBIO PRO SOCIETATE'. QUALIFICADORA DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA MANIFESTA. DECOTE QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 – Em regra, o meritum causae nos processo de competência do júri é examinado pelo juízo leigo. Excepciona-se tal postulado, por exemplo, quando da absolvição sumária, ocasião em que o juiz togado não leva a conhecido do júri a ação penal em que, desde logo, se identifica a necessidade de absolvição.

2 – No caso dos autos plenamente evidenciada a materialidade do delito, existindo também indícios suficientes em desfavor do recorrente, abstraídos, inclusive, de sua própria confissão tanto na polícia como em juízo, ressaltando que nessa fase processual vigora o princípio in dubio pro societate, não podendo a existente de dúvida beneficiar o acusado, não havendo que se cogitar, assim, em absolvição sumária.

3 – Em relação à qualificadora constante do inciso IV, do § 2.º, do art. 121, do CP, embora a denúncia tenha descrito que o réu tenha

agido de surpresa, impossibilitando a defesa da vítima, a prova dos autos não corrobora tal alegação. O acervo produzido, quanto à configuração da qualificadora, limita-se à circunstância de que em desfavor do ofendido foram efetuados disparos de arma, um deles o atingindo na região occipital, razão pela qual deve ser decotada a citada qualificadora.

4 – Recurso conhecido e parcialmente provido."

Alega-se divergência jurisprudencial, sustentando-se ser indevida a exclusão de qualificadora, na fase de pronúncia, quando possuem lastro probatório mínimo.

Pede-se o provimento do recurso especial, com o restabelecimento da qualificadora da surpresa.

Admitido o recurso na origem, subiram os autos a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo provimento do recurso especial (fls. 324-332).

É o relatório.

Decido.

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ausência da indicação do dispositivo de lei federal para o qual os julgados – recorrido e paradigma – tenham conferido interpretação divergente, tal como ocorre na espécie, consubstancia óbice à análise do apelo nobre fundamentado na alínea *c* do permissivo constitucional. Incide, à hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto no Enunciado n.º 284 da Súmula desta Corte:

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NOS ACLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONDENAÇÃO. PALAVRA DA VÍTIMA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. (I) - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. (II) - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. (III) - PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A falta de indicação do dispositivo de lei federal a que os acórdãos teriam conferido interpretação divergente evidencia deficiência na fundamentação recursal que impede o conhecimento do

recurso especial ante à incidência do enunciado 284 da súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. A não observância dos requisitos do artigo 255, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional.

[...]

4. Agravo regimental desprovido." (AgRg nos EDcl no AREsp 1.256.178/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 04/06/2018; sem grifos no original.)

"PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SONEGAÇÃO DE AUTOS (ART. 356 DO CÓDIGO DE PENAL). ALÍNEA 'C'. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. RETENÇÃO INJUSTIFICADA DE AUTOS. INTIMAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO. DOLO NA CONDUTA. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se pode conhecer de recurso especial fundado na alínea 'c' do permissivo constitucional quando a parte recorrente não realiza o necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, a fim de ficarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, sendo insuficiente a mera transcrição de ementa. Divergência jurisprudencial não demonstrada.

2. Mesmo quando o recurso especial é interposto com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional federal sobre o qual recai a divergência, o que não foi realizado, sob pena de atração da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por analogia (fundamentação deficiente).

[...]

6. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.538.296/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 05/10/2016; sem grifos no original.)

Outrossim, não se verifica divergência jurídica entre os acórdãos recorrido e paradigma, pois ambos convergem para o entendimento de que as qualificadoras somente podem ser excluídas, na fase de pronúncia, quando forem manifestamente improcedentes. O dissenso, na verdade, é fático. No acórdão paradigma, entendeu-se haver indícios mínimos da majorante, ao passo que, no recorrido, entendeu-se pela sua ausência.

Superior Tribunal de Justiça

Inexistente a similitude fática e sendo uniforme a interpretação da lei federal, não se configura o dissenso pretoriano.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora